

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

Diretor de Redação: Otavio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Osvaldo Peralva, Marcelo Coelho, Roberto Macedo, Carlos Alberto Longo e Otavio Frias Filho (secretário)

A opção pelo atraso

Como previsto, o processo de votação sobre o título "Da Ordem Econômica e Financeira" —que orientará, na nova Carta, a organização do sistema produtivo brasileiro— vem-se revelando extremamente complexo e suscetível a divergências. A despeito do esforço que alguns líderes têm empreendido para obter o consenso, e em que pese a possibilidade de o entendimento ser, de fato, articulado —apesar dos problemas ocorridos ontem—, chama a atenção, no debate sobre o tema, o prestígio de um vezo ideológico típico de uma conjuntura na qual o país se mobilizava em torno do dilema de optar entre um "desenvolvimento nacional-popular" ou escolher os caminhos da abertura e da modernização.

Passadas três décadas deste período de intensa polêmica, é de se lamentar que alguns políticos ainda insistam em equacionar o problema segundo os termos, já superados, da época. De fato, o que se constata face às pregações de certos constituintes ditos "progressistas" é a absoluta incapacidade de examinar o assunto à luz da complexa realidade contemporânea. Tudo se passa neste discurso de vocação xenófoba e estatizante como se as relações da economia brasileira com o capital internacional pudessem ser reduzidas a um esquemático confronto entre o nacional e o estrangeiro, em que o primeiro termo representaria o "verdadeiro interesse da nação", e o segundo, a "subserviência ao imperialismo".

Ainda que possa ser tomado como um lugar-comum recorrer ao exemplo das transformações em curso nos países socialistas —que se vêm

inclinando por uma substancial abertura à livre iniciativa e ao capital estrangeiro— é inevitável mencioná-lo como um sinal de que a conformação das relações internacionais não mais comporta simplificações como as que ainda parecem vivas no ideário de alguns políticos brasileiros.

Não se trata, evidentemente, de desconsiderar a existência de uma dimensão nacional; não se trata também de abandonar qualquer cautela quanto à destinação e circulação dos capitais externos que venham a ser investidos no país. Mas há uma enorme diferença entre fixar normas mínimas para a operação dos investidores estrangeiros e levantar empecilhos a que o Brasil tome parte da internacionalização econômica do mundo contemporâneo.

A tentativa de instituir na nova Carta privilégios desnecessários à empresa nacional e restrições aos investimentos externos —entre as quais se incluem as duvidosas reservas de mercado— sugere uma extemporânea tendência a um fechamento indesejável da economia, cuja consequência previsível seria condenar rapidamente o país a uma defasagem intransponível.

Os parlamentares não devem perder de vista o fato de que têm em suas mãos a tarefa de definir os contornos econômicos a partir dos quais será possível —ou não— conduzir o Brasil à superação do subdesenvolvimento. O que está em jogo é uma decisão fundamental: se o país escolherá o sentido dinâmico da modernização ou se, ao contrário, será engessado pela inércia de um nacionalismo anacrônico e ineficiente.